

## **Intervenção do Deputado António Pedro Costa no Plenário de 25 de Janeiro.**

As pescas são um vector que não pode ser relegado neste debate sobre “a estratégia açoriana para a protecção e exploração do mar dos Açores”.

Com efeito, As pescas constituem um dos sectores mais tradicionais da nossa economia, que importa estimular, em ordem ao incremento e à modernização desta actividade tão importante para a nossa capacidade exportadora e para garantir o sustento da nossa população ligada ao mar.

A pesca tem de ser vista como um sector cujos recursos são esgotáveis, e o princípio do desenvolvimento sustentável, apregoado pela Europa, impõe que nos Açores não devemos permitir a transferência de embarcações entre diferentes áreas geográficas marinhas, para não colocarmos em risco a garantia da sustentabilidade das pescarias, com o aumento de esforço de pesca.

Como se sabe, com a entrada em funcionamento do regulamento das Águas Ocidentais, a zona de protecção da frota de pesca dos Açores foi reduzida, situação que necessariamente originou um aumento de esforço de pesca, e que notoriamente veio por em causa a sustentabilidade da nossa ZEE.

Felizmente, a Comissão Europeia reconhece a existência de uma região biogeográfica marinha específica para a Macaronésia, o que constitui um passo importante e um instrumento vital de gestão das pescarias na nossa ZEE.

Por outro lado, a aprovação do quadro legal da pesca açoriana que alargou as nossas competências no âmbito da gestão e controlo do Mar dos Açores, vem permitir que o sector das pescas contribua para a viabilidade económica e se possa garantir a sustentabilidade das pescarias. Trata-se de uma matéria que deverá continuar a merecer uma atenção especial por parte das autoridades regionais.

É dever do Estado fazer a defesa da nossa zona Económica exclusiva e de preservar os seus recursos piscícolas e outros nas águas sob a jurisdição e gestão nacionais.

O Estado Português tem sido negligente para os mares dos Açores e para os seus recursos haliêuticos,

Apesar das boas práticas de pesca, que temos assumido na Região, a verdade é que os nossos escassos recursos piscícolas têm sido delapidados por quem usurpa os nossos domínios, sem que haja qualquer fiscalização efectivamente ou impedimento adequado.

O Governo da República tem falado por diversas vezes sobre o assunto e não é por palavras que se defendem os nossos recursos. Faltam os meios para o fazer e a responsabilidade efectiva é do Estado.

Das oportunidades perdidas não reza a história, mas da vitória nesta oportunidade podemos assegurar a viabilidade das pescas nos Açores e o sucesso social e económico dos pescadores açorianos e suas famílias.

O facto é que se deu um passo grande com o novo quadro legal de pescas, no âmbito da fiscalização, ficando a Inspecção Regional das Pescas a ter papel reforçado, passando a deter competências em todo o mar dos Açores, o que permitirá um maior poder de fiscalização, em articulação com o Estado.

Temos que continuar a pugnar pela melhoria das condições do sector da pesca, com equipamentos, portos, lotas, etc, que possam permitir incrementar a actividade e os rendimentos do sector, bem como a modernização e valorização de todas as actividades respeitantes às pescas.

Por outro lado, com os stocks haliéuticos em declínio, pelo esforço de capturas, importa encontrar alternativas para a nossa pesca tradicional, como por exemplo a aquicultura ou mesmo o arresto de peixe de espada, em que o stock nos Açores está praticamente virgem, o que pode representar uma reorientação da actividade da pesca e a modernização da nossa frota.

O Governo Regional tem dado passos na valorização e apoio ao sector, mas têm sido a conta gotas, o que poderá ser muito prejudicial para quem vive do sustento arrancado ao mar.

Vivemos muitas vezes de costas viradas para o mar e o reforço da nossa ligação ao mar é eminentemente importante para a valorização dos nossos produtos de pesca e para o desenvolvimento económico dos Açores, através da exploração sustentável do mar dos Açores.

O mar é um desígnio regional e as pescas uma das fontes de riqueza, pelo que é muito importante manter a jurisdição na nossa ZEE, até porque a inexistência de plataforma continental faz com que a área dos bancos de pesca seja reduzida.